



INSTITUTO TELEMAR

CNPJ: 04.256.109/0001-45

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Além do acervo físico, é possível acessar o acervo digital, com informações exibidas em monitores interativos.

O **LabSônica**, laboratório de experimentação artística do **Oi Futuro**, realizou, entre abril e dezembro, a **Aceleração Musical LabSônica**. Em parceria com o estúdio **Toca do Bandido**, o programa beneficiou 21 artistas de diversas regiões do Brasil, que tiveram suas carreiras impulsionadas por meio de processos de capacitação totalizando mais de 300 horas de mentorias e gravações. A culminância do projeto foi a apresentação **online** dos artistas no **Festival LabSônica**, que teve mais de 8,1 mil visualizações ao vivo em três dias de evento referenciado a cena musical independente do país. Além dos eventos próprios, o **Oi Futuro** apoiou mais 12 festivais no Brasil, que também se reinventaram neste ano com uso inovador de novas tecnologias e linguagens artísticas para alcançar e surpreender o público remotamente. Entre as inovações dos festivais apoiados, está a construção de uma comunidade virtual do **Festival Zona Mundi**, a experiência fantástica da ilha tropical 3D do **Festival Amazonia Mapping**, o mundo gamificado da **Feira da Música do Ceará**, os trabalhos inéditos comissionados pelo **Festival Novas Frequências** e a plataforma de articulação internacional desenvolvida pela **SIM SP – Semana Internacional de Música**. Pelo terceiro ano consecutivo, o **Oi Futuro**, em parceria com o **British Council**, lançou o **Editat Pontes**, para apoio de sete festivais nacionais de norte a sul do país, incluindo residências de artistas brasileiros.

Desde 2001, o **Oi Futuro** reforça seu compromisso com a construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva por meio de projetos e programas desenvolvidos pelo **Oi Futuro**, seu Instituto de inovação e criatividade para impacto social. Constituído legalmente como uma **OSCP** (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o **Oi Futuro** está presente em todas as regiões do país com atuação nas áreas de Cultura, Educação e Inovação Social contribuindo para a pauta Ambiental Social Governance (ESG) e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para continuar oferecendo conteúdos e experiências de qualidade aos seus diversos públicos durante a pandemia de COVID-19, ao longo de 2020, o **Oi Futuro** acelerou e antecipou o lançamento de novos projetos interamente digitais, como festivais, *webinars*, mentorias, cursos, séries originais, tours em 360°, teatro on demand e *hub* de ferramentas pedagógicas.

Em 2020, o **Oi Futuro** entrou ao vivo pela primeira vez com os *webinars* semanais **Papo de Futuro** e com o **Festival Oi Futuro**. Ao longo do ano, o instituto realizou 24 edições do **Papo de Futuro** sobre temas da atualidade, como ensino híbrido e diversidade. Já o **Festival Oi Futuro** reuniu 16 especialistas brasileiros e estrangeiros em dois dias de programação *online* para debater o futuro da sociedade, da ciência, da tecnologia, do trabalho e da arte.

Nas redes sociais, os conteúdos produzidos pelo **Oi Futuro** obtiveram mais de 3,6 milhões de interações ao longo do ano. Na área de Cultura, o primeiro marco do ano foi o lançamento do **Museum. Museu das Comunicações e Humanidades**, uma evolução do Museu das Telecomunicações. Localizado no **Centro Cultural Oi Futuro**, o espaço conta a história do desenvolvimento tecnológico das comunicações a partir da ótica das relações humanas, com um acervo de mais de 130 mil peças preservadas em sua **Reserva Técnica**. Com entrada gratuita, o museu oferece uma experiência única a cada visita, com atrações interativas, ambientes imersivos e novas tecnologias, como hiper-realidade.

Por conta da pandemia COVID-19, o **Centro Cultural Oi Futuro** esteve fechado à visitação de março a novembro e comemorou seus 15 anos de história lançando a *web* série **Oi Futuro Agora**, que relembrou grandes momentos da programação, com depoimentos inéditos de artistas que passaram por espaço, como Bia Lessa, Renata Sorrah e Arnaldo Antunes, entre outros.

Para garantir a conexão dos públicos ao **Museum** e ao **Centro Cultural Oi Futuro**, foram lançadas visitas imersivas em 360° do museu, da **Reserva Técnica** e da exposição "Campo Expandido" do artista plástico Luiz Zerbini, inaugurada presencialmente em novembro. Além disso, o **Museum** disponibilizou seu **Acervo Online** com mais 3.800 itens catalogados para consulta pública, entre fotografias, objetos e documentos históricos. No campo das artes performáticas, durante todo o ano, foram exibidos mais de 20 espetáculos de teatro adulto e infantil on demand no site do **Oi Futuro**, com mais de 10 mil visualizações.

Na área de educação, o **Oi Futuro** investe no **NAVE**, o **Núcleo Avançado em Educação**, parceria público-privada desenvolvida desde 2006 com as Secretarias de Estado de Educação de Pernambuco e do Rio de Janeiro, em duas escolas de Ensino Médio Integrado ao Profissional. O programa oferece cursos técnicos de Programação e Multimídia, com foco na preparação dos jovens para a economia criativa e digital. Além da preparação para o novo mundo do trabalho, o **NAVE** é voltado para a formação de cidadãos conscientes, autônomos e protagonistas dos seus projetos de vida.

Com a suspensão das aulas presenciais pelos Estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco, o programa adaptou suas atividades para plataformas digitais e retornou as aulas em ambiente remoto. Ao todo, foram mais de 850 aulas criadas, com cerca de 1.300 materiais publicados e 4.500 horas/aulas oferecidas no ano. Ao fim do ano letivo, 271 estudantes concluíram o terceiro ano do Ensino Médio, totalizando mais de 3 mil estudantes formados desde 2006.

Além da gestão escolar, o **NAVE** sistematiza e disponibiliza materiais de referência como ebooks, plataformas e conteúdos audiovisuais com o objetivo de disseminar o conhecimento produzido pelo programa, promovendo reflexões e inspirando professores, escolas e redes de ensino. Em 2020, o programa lançou a série **e-NAVE em Movimento** com práticas pedagógicas criadas nas escolas **NAVE**, englobando todas as áreas do conhecimento, competências gerais da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** e eixos estruturantes do Novo Ensino Médio; e a segunda edição do **Especial Práticas Inovadoras para o Ensino Médio**, realizada em parceria com o Centro de Referências em Educação Integral, com 20 práticas pedagógicas autorais de educadores do **NAVE**. Para ampliar seu alcance nacional, o **NAVE** ofereceu formação de educadores da rede pública por meio dos cursos "Introdução à Robótica Educacional" e "Cultura Digital para a Educação Criativa", implementados 100% online, certificando mais de 100 educadores de diversos estados. Também no âmbito da formação de educadores, o **NAVE** lançou seu **Mídia Lab Digital**, plataforma de apoio ao ensino remoto e híbrido, com trilhas automatizadas, vídeo-tutoriais, vídeo-cases e mentorias. Por meio do **Mídia Lab Digital**, o **Oi Futuro** apoiou a certificação de mais 400 educadores da rede pública sobre temas de educação remota, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Pernambuco. No âmbito das parcerias institucionais, o **Oi Futuro** integrou pelo segundo ano consecutivo a **Frente Currículo e Ensino Médio**, liderada pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consec), em conjunto com outros institutos e fundações privadas com o propósito de oferecer apoio técnico para as redes estaduais de educação do país na implementação de novos currículos alinhados à **BNCC** do Ensino Médio. Em 2020, quatro encontros formativos foram realizados pela **Frente**, englobando mais de 100 horas de formação e mais de 1.300 gestores educacionais dos 27 Estados do Brasil e do DF. Como resultado, 16 Estados enviaram seus referenciais curriculares para aprovação

dos respectivos Conselhos Estaduais de Educação, além da homologação do currículo de São Paulo.

Também em parceria, o **Oi Futuro** apoiou o lançamento do **Aprendendo Sempre**, *hub* de conteúdo voltado à gestores educacionais, professores, estudantes e famílias com conteúdos e soluções gratuitas para promover experiências de ensino e aprendizagem remota, alcançando 124 mil acessos.

Inovação social
Há 20 anos, o **Oi Futuro** fomenta a criação de tecnologias sociais para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e da sociedade por meio de apoio ao desenvolvimento e fortalecimento das organizações da sociedade civil e dos negócios de impacto social. Em 2020, o **Oi Futuro** consolidou a reputação do **Labora**, seu laboratório de **Inovação Social**, como uma plataforma de conexão e apoio a empreendedores, negócios e organizações comprometidos com o impacto social. No ano, foram concluídos em formato *online* dois ciclos de aceleração para negócios e organizações de impacto social em parceria técnica com o Sebrae-RJ e o Instituto Ekos. Trinta e três organizações foram impactadas diretamente, 10 empreendedores e gestores sociais capacitados em mais de 4.300 horas de formação.

Foi lançado o **e-Labora**, *e-book* gratuito que compartilha metodologias, experiências e aprendizados ao longo dos cinco primeiros ciclos de aceleração do **Labora**.

Em ação conjunta com a área de Educação, o **British Council** e o **Forvri**, o **Labora** realizou o **Seminário Internacional Empreendedorismo Social na Educação** reunindo especialistas das áreas de educação e inovação social para discutir e propor caminhos para que o empreendedorismo social seja integrado no currículo e no dia a dia das escolas públicas e privadas. Como resultado, foi lançado o **Guia Empreendedorismo Social na Educação**, que já teve mais de 21 mil downloads.

A partir do contexto de pandemia e dos desafios enfrentados pelos empreendedores frente o isolamento social, o instituto criou o projeto **Mentorias Oi Futuro** para apoiar na adaptação ou reinvenção dos seus negócios. As mentorias foram oferecidas por colaboradores voluntários do instituto e do **Oi**, em sessões *online* e gratuitas, oferecendo apoio técnico individualizado. Ao longo do ano, o projeto atendeu mais de 200 empreendedores de 18 Estados e do Distrito Federal.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):



Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)			
	Nota explicativa	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3 e 4	32.416.525	31.267.864
Contas a receber	5	1.538.868	1.538.868
Adiantamentos a terceiros	6	39.869	350.526
Creditos de funcionários		27.599	76.438
Tributos a recuperar		7.953	383
Despesas antecipadas	7	104.392	79.885
		32.596.338	33.313.964
Não circulante			
Despesas antecipadas	7	98.597	3.756
Imobilizado	8	8.695.948	9.704.088
Intangível	9	837.988	1.020.844
		9.632.533	10.728.688
Total do ativo		42.228.871	44.042.652

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)			
	Nota explicativa	2020	2019
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores de bens e serviços	10	101.817	159.915
Obrigações trabalhistas e sociais	11	965.591	912.620
Obrigações fiscais e tributárias	12	116.469	101.818
Recursos de projetos em execução	13	245.755	1.187.338
		1.429.632	2.361.691
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	14	40.799.239	41.680.961
		40.799.239	41.680.961
Total do passivo e do patrimônio líquido		42.228.871	44.042.652

Demonstrações do resultado / exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)			
	Nota explicativa	2020	2019
Receitas operacionais			
Com restrição			
Recursos de leis de incentivo à cultura	15.1	934.942	4.796.823
Despesas tributárias	16	10.820	9.290
		945.762	4.796.823
Sem restrição			
Receita de doações e contribuições de associados	15.2	15.088.567	212.128.232
Outras receitas de doações e contribuições	15.3	312.333	390.420
Receitas de atividades culturais	15.4	9.421	120.364
Recursos internacionais		9.641	9.290
Receitas financeiras	16	483.762	1.255.433
		15.903.724	22.993.739
Custos dos serviços sociais e culturais prestados	17	(11.769.815)	(15.399.374)
Resultado bruto		5.079.671	12.391.188
(Despesas)/Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(4.501.850)	(4.915.476)
Despesas tributárias	19	(21.720)	(81.639)
Depreciações e amortizações	8 e 9	(1.458.714)	(1.300.421)
Despesas financeiras	20	(13.315)	(15.079)
Outras receitas	21	34.206	37.556
(Déficit) / Superávit do exercício		(861.722)	6.116.129

Demonstrações do resultado abrangente / exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)			
	2020	2019	
(Déficit) / Superávit do exercício	(861.722)	6.116.129	
Outros resultados abrangentes			
Total do resultado abrangente do exercício	(861.722)	6.116.129	
As Notas Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			
exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)			
		Superávit Líquido (Déficit)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		35.564.832	35.564.832
Superávit do exercício		6.116.129	6.116.129
Incorporação do superávit do exercício ao patrimônio social	6.116.129	(6.116.129)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	41.680.961	-	41.680.961
Déficit do exercício		(861.722)	(861.722)
Incorporação do déficit do exercício ao patrimônio social	(861.722)	861.722	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.799.239	-	40.799.239

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

1. Contexto operacional
O Instituto Telemar, constituído em 03 de janeiro de 2001 como uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, qualificado por Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCP), processo MJ nº 08000.002147/2002-16, conforme despacho do Secretário Nacional de Justiça Substituto, publicado no DO de 07 de março de 2002, tem como objetivos principais:

- Promover, apoiar, favorecer e divulgar atividades de caráter técnico, científico, artístico, cultural, assistencial à educação, ao esporte e lazer e conservação do meio ambiente, bem como executar atividades assistenciais em geral;
- Promover a cultura, defender e conservar o patrimônio histórico e artístico;
- Favorecer o desenvolvimento da educação e da igualdade de oportunidade entre as pessoas, mediante a elaboração e participação em programas e projetos educacionais que visem facilitar o acesso às tecnologias informacionais junto à comunidade;
- Contribuir com programas de desenvolvimento, destinados prioritariamente às camadas menos favorecidas da população, realizadas por entidades sem fins lucrativos, de alto prestígio na comunidade onde tais programas se aplicarem.

O Instituto Telemar é constituído por número ilimitado de associados, denominados "Sócios", pessoas físicas ou jurídicas, com as seguintes categorias:

- Sócios Fundadores;
- Sócios Beneméritos;
- Sócios Mantenedores.

São Sócios Fundadores aqueles que assinaram a Ata da Assembleia Geral de Constituição do Instituto Telemar e que, naquele ato, se comprometeram a enviar esforços para a consecução dos objetivos sociais definidos no Estatuto, cabendo-lhes a missão de zelar pela preservação e continuidade do Instituto, dentro das finalidades estatutárias.

São Sócios Beneméritos as pessoas físicas que, por sua relevante atuação em prol da comunidade e das áreas de atuação do Instituto, venham a ser admitidas pela Diretoria Executiva do Instituto Telemar, em nome do Instituto Telemar, na forma a ser indicada em Regulamentos Internos.

São Sócios Mantenedores aquelas Entidades controladas e/ou coligadas à OI. S.A. – Em Recuperação Judicial, que se comprometem a contribuir com valor anual ou mensal, em bens ou em dinheiro, da forma a ser definida pela Diretoria Executiva.

1.1. Mantenedora "Oí Móvel S.A."
A Oí Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial ("Oí Móvel"), empresa privada, sucessora por incorporação da Oi Internet S.A., é a atual Sócia Mantenedora do Instituto Telemar. A Oí Móvel tem por objeto social, dentre outros, a prestação de serviços de telecomunicações, no Brasil e no estrangeiro, em quaisquer de suas modalidades e âmbitos, inclusive a prestação do Serviço Móvel Pessoal – SMP do Serviço Móvel Celular – SMC, do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, e do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, do Serviço de Comunicação Eletrônica de Massa, do Serviço de DTH (Direct to Home) e de TV a Cabo, e do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC).

Em 20 de junho de 2016, a OI. S.A. – Em Recuperação Judicial ("OI") ajuizou pedido de recuperação judicial, em conjunto com determinadas controladas diretas e indiretas, dentro das Oí Móvel (em conjunto, "Empresas OI"). Em 20 de dezembro de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores, por ampla maioria de credores, o Plano de Recuperação Judicial das Empresas OI, o qual foi homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial em 08 de janeiro de 2018, conforme decisão publicada em 5 de fevereiro de 2018 – Plano de Recuperação Judicial ("PRJ").

Em 21 de julho de 2018, a reestruturação da dívida financeira das Empresas OI foi concluída com a implementação dos termos e condições aplicáveis previstos em seu Plano de Recuperação Judicial, incluindo a conclusão do primeiro aumento de capital da OI previsto no Plano ("Aumento de Capital – Capitalização de Créditos"). Em 25 de janeiro de 2019, a OI concluiu o segundo aumento de capital previsto no Plano ("Aumento de Capital – Novos Recursos"), com a emissão de 3.225.806.451 novos ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, incluindo novas ações ordinárias representadas por American Depositary Shares, de acordo com o PRJ e o acordo de subscrição e compromisso celebrado entre a OI, suas controladas e os Investidores Backtappers.

Em 06 de dezembro de 2019, a OI divulgou Fato Relevante informando que as Empresas OI haviam protocolado perante o Juízo da Recuperação Judicial requerendo que a supervisão judicial das Empresas OI não fosse encerrada em 4 de fevereiro de 2020, data em que a homologação do Plano completaria dois anos.

No obstante o bom andamento da implementação do PRJ, o pedido de não encerramento da supervisão judicial estava relacionado à complexidade inerente à magnitude do processo de recuperação judicial das Empresas OI e às reformas em curso no ambiente jurídico-regulatório, que exigiam providências ainda a serem implementadas no âmbito do processo de recuperação judicial. O não encerramento do referido processo permitia que as Empresas OI continuassem a executar com estabilidade e transparência o seu PRJ e mantivesse as Empresas OI focadas nas ações de melhoria voltadas aos seus clientes.

Posteriormente, em 28 de fevereiro de 2020, a OI divulgou em outro Fato Relevante que as Empresas OI tinham protocolado petição perante o Juízo da Recuperação Judicial, expondo seu interesse em submeter proposta de aditamento do PRJ à deliberação de uma nova assembleia geral de credores ("Nova AGC"), objetivando alcançar maior flexibilidade operacional e financeira para continuar seu projeto de investimento e o cumprimento de seu plano estratégico de transformação ("Plano Estratégico").

O pedido de realização da Nova AGC foi deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial em 06 de março de 2020. Dessa forma, a Nova AGC foi realizada em 08 de setembro de 2020, tendo restado aprovado o aditamento ao PRJ, o qual foi homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial por decisão proferida em 05 de outubro e publicada em 08 de outubro de 2020 (Aditamento ao PRJ).

O Aditamento ao PRJ visa a permitir às Empresas OI e suas controladas ("Grupo OI") a flexibilização da execução de seu plano de longo prazo, com o equipacionamento necessário da sua dívida, no contexto atual, e a continuidade de suas atividades segundo o referido PRJ e o seu Plano Estratégico. O objetivo do Grupo OI é a transformação de seu modelo de negócio, com foco na utilização e rápida ampliação de sua infraestrutura de fibra ótica como diferencial competitivo, incluindo suas redes de transporte (*backbone, backbone* e rede de dados), e redes de acesso primárias e secundárias (links dedicados, anéis metropolitanos e redes de acesso Fiber To The Home ("FTTH")), viabilizando e suportando as necessidades de conexão em alta velocidade e provimento de serviços para seus clientes residenciais, empresariais, corporativos e de governo, bem como o provimento de serviços de infraestrutura para os demais provedores de serviços de telecomunicações do país, incluindo a viabilização de conexões para a nova tecnologia 5G.

A implementação dessa estratégia se dará com a continuidade do processo de alienação de ativos, possibilidade de participação em movimentos de consolidação e alienação de sua operação de comunicações móveis, e com a adoção do modelo conhecido como separação estrutural, que permite a constituição de entidades separadas para investimentos, operação e manutenção da infraestrutura de telecomunicações e para o provimento de serviços para seus clientes finais, incluindo as atividades de desenvolvimento de produtos, *marketing*, vendas e atendimento a clientes. Com isso, busca-se tornar o modelo de negócio do Grupo OI mais sustentável, focado nas suas principais vantagens competitivas e estruturado de maneira eficiente, e assegurar a continuidade do Grupo OI e o consequente cumprimento dos meios de recuperação e pagamento de todos os créditos concursuais.

Diante do exposto, a Administração do Instituto Telemar entende que apesar da atual situação de sua mantenedora, a Entidade continuará recebendo os recursos necessários para a continuidade de sua operação.

1.2. Impactos Covid-19
Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a pandemia de coronavírus (COVID-19). Como reação imediata à necessidade de isolamento social para contenção da disseminação do vírus, o Oi Futuro suspendeu todas as suas atividades presenciais na sede administrativa, no Lab Oi Futuro, no Centro Cultural Oi Futuro, no Museum e nas escolas NAVE. Desde então, todos os colaboradores do instituto aderiram ao regime de *home office* como medida de preservação da saúde pública.

Para continuar oferecendo conteúdos e experiências de qualidade aos seus diversos públicos durante o isolamento social, o Oi Futuro acelerou e antecipou o lançamento de novos projetos interamente digitais, como festivais, *webinars*, mentorias, cursos, séries originais, tours em 360°, teatro on demand e um *hub* de ferramentas pedagógicas.

2.2. Base de mensuração
As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade e seus valores foram arredondados para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamento
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente.

As informações sobre estimativas e premissas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações contábeis do próximo exercício financeiro, estão incluídas na seguinte Nota explicativa:

2.5. Principais práticas contábeis adotadas
2.5.1. Apuração do resultado
As receitas e despesas foram contabilizadas segundo o princípio de competência de exercícios. Os valores vinculados a Lei de Incentivo Fiscal, portanto sujeito a prestação de contas, foram reconhecidos ao resultado na medida da efetivação dos respectivos gastos. Doações de bens patrimoniais são contabilizadas diretamente no patrimônio social. Os resultados de abertura de exercícios são incorporados ao Patrimônio Social. Os superávits apurados em cada exercício fiscal são integralmente destinados à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos estatutários da Entidade.

2.5.2. Ativos e Passivos circulantes e não circulantes
Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança. Um passivo é registrado no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do resultado. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota explicativa nº 3.

2.5.3. Caixa e equivalentes de caixa
Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota explicativa nº 3.

2.5.4. Recursos vinculados a projetos
Referem-se a recursos depositados em conta bancária específica com restrição de movimentação decorrente de projetos em execução, atrelados à Lei Federal de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota explicativa nº 4.

2.5.5. Contas a receber
Estão apresentadas a valores de realização, deduzida, quando aplicável, de provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. Informações referentes à abertura das contas a receber estão demonstradas na Nota Explicativa nº 5.

2.5.6. Imobilizado Reconhecimento e mensuração
Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, deduzido de depreciação acumulada e quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais, da mão de obra e de quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciação
A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear e em função da vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8.

2.5.7. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2020.

8. Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020					
---------------------------	--	--	--	--	--

continuação



INSTITUTO TELEMAR

CNPJ: 04.256.109/0001-45

Além disso, em conjunto com o *British Council* foi realizado um Seminário Internacional Empreendedorismo Social na Educação. Também foi lançado um e-book gratuito, o e-Labora, com o compartilhamento de metodologias, experiências e aprendizados e foi lançado o projeto de Mentorias Oi Futuro, que apoiou empreendedores em seus negócios.

18. Despesas gerais e administrativas
Registra as despesas realizadas pelo Instituto Telemar na execução de seus objetivos estatutários.

	2020	2019
Despesas de pessoal com vínculo empregatício		
Salários e outros proventos	(1.969.688)	(2.324.746)
Encargos sociais (I)	(659.598)	(816.995)
Benefícios e outras despesas de pessoal (II)	(331.302)	(439.360)
(-) Participação dos colaboradores	77.012	112.485
	(2.883.576)	(3.468.616)
Despesas de pessoal sem vínculo empregatício (III)	(103.514)	(268.020)
Outras despesas gerais e administrativas e de infra estrutura (IV)	(1.514.760)	(1.178.840)
	(4.501.850)	(4.915.476)

(I) Referem-se à contribuição previdenciária patronal, FGTS e PIS;
(II) Referem-se à condução urbana, alimentação, seguro de vida em grupo, planos de assistência médica e odontológica, auxílio-farmácia, auxílio-creche, plano de previdência privada e treinamento/perfeccionamento profissional;
(III) Referem-se a estagiários e serviços de autônomos incluindo contribuição previdenciária patronal e
(IV) Referem-se a despesas como: consultoria em informática, consultorias técnicas, manutenções patrimoniais, programação e eventos, contas de consumo, seguros, condução e lanches, diárias e outras despesas de viagem, material de consumo e expediente, contribuições a entidades de classe, transportes e fretes, serviços gráficos, bens de pequeno valor.

	2020	2019
19. Despesas tributárias		
Impostos, taxas e contribuições federais	(3.077)	(897)
Impostos, taxas e contribuições estaduais	(1.710)	(520)
Impostos, taxas e contribuições municipais	(16.933)	(80.222)
	(21.720)	(81.639)

	2020	2019
20. Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(4.405)	(7.936)
Juros e multas de mora	(8.310)	(7.143)
	(13.315)	(15.079)

	2020	2019
21. Outras receitas (despesas)		
Recuperação de despesas	10.386	-
Outras receitas	24.691	79.812
Perdas na alienação/baixa do ativo imobilizado	-	(25.291)
Outras despesas	(871)	(16.965)
	34.206	37.556

22. Provisão para contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. A Entidade deixou de constituir provisão para eventual perda em ações de natureza trabalhista e cível de que é parte, uma vez que eventuais passivos delas decorrentes deverão ser suportados pelos seus associados mantenedores.

23. Instrumentos financeiros – enriquecimento de riscos

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da entidade, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, contas a receber e contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado. Durante os exercícios de 2020 e 2019, a entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
 - Risco de liquidez;
 - Risco de mercado.
- As informações abaixo apresentam resumo sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital.

23.1. Estrutura do gerenciamento de risco

A entidade avalia os riscos nos seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

23.2. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de déficit financeiro da entidade caso uma contraparte em qualquer dos instrumentos contratuais falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos seus recebíveis. Historicamente a entidade não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras com as suas contrapartes.

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco do crédito da entidade na data das demonstrações contábeis está assim demonstrada:

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	32.203.681	30.015.682
Contas a receber (nota 5)	-	1.538.868
Adiantamentos a terceiros (nota 6)	39.869	350.526
Créditos de funcionários	27.599	76.438
	32.271.149	31.981.514

A entidade, quando necessário, estabelece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de despesas a incorrer com as contas a receber. Essa provisão é calculada considerando o risco específico relacionado a exposições individuais.

23.3. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. A tabela a seguir apresenta os saldos dos ativos e passivos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial da Entidade:

	2020	2019
Ativos mensurados pelo valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	32.203.681	30.015.682
Ativos mensurados pelo custo amortizado		
Contas a receber (nota 5)	-	1.538.868
Adiantamentos a terceiros (nota 6)	39.869	350.526
Créditos de funcionários	27.599	76.438
	32.271.149	31.981.514

Passivos mensurados pelo custo amortizado

Fornecedores de bens e serviços (nota 10)	101.817	159.915
Obrigações trabalhistas e sociais (nota 11)	965.591	912.620
Obrigações fiscais e tributárias (nota 12)	116.469	101.818
	1.183.877	1.174.353

23.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de primeira linha.

24. Remuneração dos Administradores

O estatuto social da Entidade possui previsão de remuneração dos membros do Conselho Gestor e da Diretoria Executiva, respeitados, os valores praticados pelo mercado.

25. Cobertura de seguros (não auditado)

A Entidade possui cobertura de seguros sobre os bens do ativo imobilizado, considerados pelos seus gestores, em montante suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Cobertura básica	Limite de indenização
Incêndio, queda de raio, explosão, Imposição (Garantia Básica) e queda de Aeronave quaisquer outros Engenhos Aéreos	14.973.840
Coberturas adicionais	
Cobertura	Limite de indenização
Tumultos, greves e lock-outs	500.000
Danos elétricos	500.000
Roubo ou furto qualificado de bens	500.000
Equipamentos eletrônicos sem roubo	1.000.000
Recomposição de registros e documentos	500.000
Atalagem e/ou inundações	1.500.000
As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores do Instituto.	

26. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as Demonstrações contábeis, bem como as operações da Entidade.

DIRETORIA EXECUTIVA		CONTADOR
Suzana Gomes Santos Diretora Presidente – CPF: 011.068.167-30	Sara Crosman Diretora Executiva – CPF: 983.705.457-34	Rui de Sá Rodrigues Contador CRC/RJ 075.4400-8 – CPF: 601.955.417-15
PARER DO CONSELHO FISCAL		

Aos Srs. Membros da Assembleia Geral:

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do INSTITUTO TELEMAR e de acordo com as disposições legais e estatutárias vigentes, examinamos o Relatório Anual e as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nas análises efetuadas e no Parecer dos Auditores Independentes, somos de opinião que os referidos documentos merecem a aprovação dos senhores membros da Assembleia Geral.

Thalles E. S. da Paixão	Marcelo Augusto S. Ferreira	David Tavares N. Nunes
Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores do

Instituto Telemar

Rio de Janeiro – RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Telemar (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Telemar, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07) e interpretação técnica geral - ITG 2002.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional da Sócia mantenedora Oi Móvel S.A. (Em Recuperação Judicial)

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis que descreve que em 20 de junho de 2016 a Oi S.A. - Em Recuperação Judicial e determinadas controladas diretas e indiretas ingressaram no processo de recuperação judicial. Em 05 de setembro de 2016 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Plano de Recuperação Judicial (“Plano”), cujo processo de aprovação pela Assembleia Geral de Credores (“AGC”) foi aprovado em 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo juízo da Recuperação Judicial em 08 de janeiro de 2018. A Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial é atual Sócia Mantenedora do Instituto Telemar, que faz parte do Grupo Econômico da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 foram preparadas sob o pressuposto da continuidade normal dos negócios e do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial de sua Sócia Mantenedora e não incorporam quaisquer ajustes contábeis que seriam necessários na hipótese de uma descontinuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Responsabilidade da Administração pela auditoria das demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros (NBC TG 07) e interpretação técnica geral - ITG 2002, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2021.
BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 013846/F
Cristiano Mendes de Oliveira Contador CRC 1 RJ 07187/0-2

GREENPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 14.900.098/0001-48 - NIRE 33.3.0030123-2

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2020.

1. Data, Hora e Local da Assembleia: Realizada no dia 30 de abril de 2020, às 11h30min, na sede social da Greenpar Participações S.A. (“Sociedade”), localizada na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 6º andar, parte, Torre Corcovado, CEP: 22250-040.

2. Presença e Convocação: Acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade, conforme assinaturas constantes no “Livro de Presença de Acionistas” Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme o disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sr. Bruno Duque Horta Nogueira e secretariados pelo Sr. Fernanda Jorge Stallone Palmeiro.

4. Ordem do Dia: Deliberar acerca (i) da falta de publicação dos anúncios referidos no art. 133 da Lei nº 6.404/76; (ii) das matérias previstas no Artigo 132, I e II da Lei. nº. 6.404/76; e (iii) da eleição da Diretoria Estatutária da Sociedade e a remuneração global da administração. **5. Deliberações:** Pela unanimidade de votos dos acionistas presentes, foram tomadas as seguintes deliberações: (i) Considerada sanada a falta de publicação dos anúncios referidos no art. 133 da Lei nº. 6.404/76, já que tal ausência não prejudicou os interesses dos acionistas nem os da Sociedade. (ii) Foi estabelecido que o lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, no valor total de R\$ 59.183,00 (cinquenta e nove mil, cento e oitenta e três reais) terá a seguinte destinação, em conformidade com o Estatuto Social da Sociedade: (a) o montante de R\$ 2.958,00 (dois mil novecentos e cinquenta e oito reais) será destinado à constituição da Reserva Legal da Sociedade; e (b) o montante de R\$ 56.225,00 (cinquenta e seis mil duzentos e vinte e cinco reais) será destinado à constituição da Reserva Estatutária da Sociedade. (iii) Foi estabelecido que o lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, no valor total de R\$ 96.553,00 (noventa e seis mil, quinhentos e cinquenta e três reais) terá a seguinte destinação, em conformidade com o Estatuto Social da Sociedade: (a) o montante de R\$ 4.828,00 (quatro mil, oitocentos e vinte e oito reais) será destinado à constituição da Reserva Legal da Sociedade; e (b) o montante de R\$ 40.578,00 (quarenta mil, quinhentos e setenta e oito reais) será destinado à constituição da Reserva Estatutária da Sociedade. (iv) Foi estabelecido que o lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no valor total de R\$ 65.921,00 (sessenta e cinco mil, novecentos e vinte e um reais) terá a seguinte destinação, em conformidade com o Estatuto Social da Sociedade: (a) o montante de R\$ 1.546,00 (um mil quinhentos e quarenta e seis reais) será destinado à constituição da Reserva Legal da Sociedade; e (b) o montante de R\$ 29.375,00 (vinte e nove mil, trezentos e setenta e cinco reais) será destinado à constituição da Reserva Estatutária da Sociedade. (v) Foi estabelecido que o lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor total de R\$ 33.888,00 (trinta e três mil, oitocentos e oitenta e oito reais) terá a seguinte destinação, em conformidade com o Estatuto Social da Sociedade: (a) o montante de R\$ 1.694,00 (um mil, seiscentos e noventa e quatro reais) será destinado à constituição da Reserva Legal da Sociedade; e (b) o montante de R\$ 32.194,00 (trinta e dois mil, cento e noventa e quatro reais) será destinado à constituição da Reserva Estatutária da Sociedade. (vi) Foi estabelecido que o lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no valor total de R\$ 27.317,77 (vinte e sete mil, trezentos e dezessete reais e setenta e sete centavos) terá a seguinte destinação, em conformidade com o Estatuto Social da Sociedade: (a) o montante de R\$ 1.365,89 (um mil, trezentos e sessenta e cinco reais e trinta e oitenta e nove centavos) será destinado à constituição da Reserva Legal da Sociedade; e (b) o montante de R\$ 25.951,88 (vinte e cinco mil, novecentos e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos) será destinado à constituição da Reserva Estatutária da Sociedade. (vii) Aprovar a eleição, para mandato de 1 ano ou até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício de 2020, dos seguintes Diretores: (a) **Bruno Duque Horta Nogueira**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do RG n.º M-8.036.395, expedida pelo SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o n.º 284.954.908-89; (b) **Iuri Rapoport**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do RG n.º 22.173.445-4, expedido pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 132.461.398-06; (c) **Mateus Ivar Carneiro**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG n.º 09.992.900-2 – IFF/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 029.411.387-81, todos os três residentes e domiciliados na Cidade e Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3477, 14º andar, CEP 04538-133; (d) **João Marcelo Dantas Leite**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da carteira de identidade sob o n.º 08497626-5 IFF-RJ, e inscrito no CPF sob o n.º 013.849.777-08, com escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, Torre Corcovado, 6º andar – parte, Botafogo, CEP – 22250-040. (viii) Os Diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer a administração de sociedades, por previsão de lei especial, ou em virtude de condenação criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (viii) Fixar para a Diretoria da Companhia, para o presente exercício social, uma remuneração global de até R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), a ser paga mensalmente para cada Diretor. Os diretores que mantiverem contrato com outras empresas do mesmo grupo econômico que a Companhia serão somente remunerados por estas, nos termos dos respectivos contratos. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária pelo tempo necessário à lavratura desta Ata no livro próprio. Após a lavratura da Ata da Assembleia Geral Ordinária, a presente Ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada, e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. **7. Assinaturas:** Mesa: Sr. Bruno Duque Horta Nogueira – Presidente; Sra. Fernanda Jorge Stallone Palmeiro – Secretária. Acionistas presentes: Fundo de Investimento em Participações BPAC3 Multiestratégia, neste ato representado por sua gestora, BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda., por sua vez representada por seus procuradores Sr. Felipe Andreu Silva e Sra. Fernanda Jorge Stallone Palmeiro. **Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio.** Rio de Janeiro, 30 de abril de 2020.

Mesa: **Fernanda Jorge Stallone Palmeiro** – Secretária. Jucerja nº 3965749 em 10/11/2020.

VIAÇÃO SALUTARIS E TURISMO S/A

NIRE 33300300708 - CNPJ 32.285.454/0001-42

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EM 30/04/2020

Data, hora e local: Em 30/04/2020, às 18h localizada à Rodovia Almirante Lúcio Meira, s/nº, Km 178, BR 393, Barão de Angra, Paraíba do Sul/RJ, CEP 25.850-000. **Convocação:** Dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, conforme disposto na legislação vigente. **Presenças:** Totalidade dos acionistas, conforme assinaturas apostas no livro de presenças de acionistas. **Mesa:** Renan Chieppe, Presidente; Paula Barcellos Tommasi Corrêa, Secretária. **Ordem do Dia:** 1) Tomada de conta dos administradores, exame, discussão, votação e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019; 2) Deliberar sobre a destinação de resultados do exercício; 3) Deliberar sobre o funcionamento ou não do Conselho Fiscal neste exercício; 4) Deliberar sobre a Fixação da remuneração da diretoria. **Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** Inicialmente, os acionistas decidem, por unanimidade, sanar a falta de comunicado e inobservância do prazo entre a publicação dos resultados e a realização da AGO, conforme autoriza o §4º, do artigo 133, da Lei 6.404/76, dando-se sequência aos trabalhos previstos na pauta; 1) Aprovadas com as abstenções dos legalmente impedidos, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2019, publicadas no DOE-RJ e no Jornal Diário Comercial, todos eles edições do dia 16/04/2020, que serão arquivados na JUCERJA. 2) Aprovada a destinação do resultado do exercício, apurando-se um prejuízo de R\$11.235.415,50, conforme constante nas demonstrações financeiras ficando aprovado levar o resultado apurado no período à conta de prejuízos acumulados. Os acionistas ratificam a decisão da Administração em utilizar em 2019 o montante de R\$4.153.280,45 do saldo da reserva legal para absorção de prejuízos acumulados, assim como R\$2.291.780,29 do saldo das reservas de lucros para absorção de prejuízos acumulados. 3) Aprovado a não instalação do conselho fiscal neste exercício. 4) Aprovado constituir uma comissão que será composta pelo senhor Renan Chieppe e pela Sra. Paula Barcellos Tommasi Correa, para fixar a remuneração da Diretoria para este exercício. **Encerramento:** Nada mais havendo para tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata em livro próprio, que após lida e aprovada será por todos os presentes assinada. Paraíba do Sul/RJ, 30/04/2020. Assinaturas: Renan Chieppe, presidente da mesa; Paula Barcellos Tommasi Correa, secretária. Presentes: Renan Chieppe e Paula Barcellos Tommasi Correa por Viação Água Branca S/A, Aylmer Chieppe, Wander Chieppe e Nilton Carlos Chieppe, acionistas. Confere com a original lavrada no livro de atas das assembleias gerais da sociedade. Ata Registrada na JUCERJA sob o nº 00-2021/066662-5 em 15/03/2021. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

GRUPO THOQUINO	INDÚSTRIAS DE BEBIDAS
JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO S.A.	
CNPJ/MF nº 31.901.382/0002-39 - NIRE nº 33.3.0010185-3	
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	
INDÚSTRIAS DE BEBIDAS JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO S.A. , sociedade anônima, localizada à Rua Hugo Aquino nº 01, Térreo, Centro, São João da Barra – RJ, CEP 28200-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.901.382/0002-39, representada por seu administrador vem, pelo presente edital, por meio do Presidente do Conselho de Administração, HUGO AQUINO FILHO , brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade sob nº	